



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0238373-3 TABIRA/PE**

**APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**

**ADVOGADO: ERIK LIMONGI SIAL PE015178**

**APELADO: CLÍNICA SAMED LTDA**

**ADVOGADO: ADALBERTO GONÇALVES DE BRITO JÚNIOR PE023300**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**DATA DO**

**JULGAMENTO 20 DE MARÇO DE 2013**

:

**EMENTA** – APELAÇÃO CÍVEL.  
RESPONSABILIDADE CIVIL.  
CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO  
PÚBLICO. QUEDA DE ENERGIA  
ELÉTRICA. TEORIA DO RISCO. DANO  
MATERIAL CONFIGURADO.

1. Conforme Cavalieri Filho, “o constituinte adotou expressamente a teoria do risco administrativo como fundamento da responsabilidade da Administração Pública, e não a teoria do risco integral, porquanto condicionou a responsabilidade objetiva do Poder Público ao dano decorrente da sua atividade administrativa, isto é, aos casos em que houver relação de causa e efeito entre a atividade do agente público e o dano<sup>1</sup>”.

2. O mesmo autor ainda afirma, “a *ratio* do § 6º do art. 37 da Constituição Federal foi submeter os prestadores de serviços públicos ao mesmo regime da Administração Pública no que respeita à responsabilidade civil<sup>2</sup>”.

3. Configura-se, destarte, o dever de indenizar, tanto pelo fato de que a concessionária responde objetivamente pelos danos causados, quanto em razão de ter sido demonstrada a sua culpa, pois, embora avisada das constantes quedas de energia elétrica no local, não empreendeu os esforços necessários para sanar

<sup>1</sup> CAVALIERI Filho, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 237.

<sup>2</sup> CAVALIERI, ob. cit., p. 245.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

o problema, atraindo para si o dever de ressarcir os prejuízos auferidos.

4. Presentes o prejuízo material e o nexo causal com a queda de tensão, correta a indenização fixada, mantendo-se irretocada a sentença.

5. Ressalte-se, outrossim, que a concessionária só não será responsabilizada quando provar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, § 3º, I e II, CDC), situação inexistente na instrução processual.

6. Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0238373-3, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 22 de março de 2013.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

206

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0238373-3 TABIRA/PE**

**APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**

**ADVOGADO: ERIK LIMONGI SIAL PE015178**

**APELADO: CLÍNICA SAMED LTDA**

**ADVOGADO: ADALBERTO GONÇALVES DE BRITO JÚNIOR PE023300**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta em face da sentença de fls. 149/153 proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Tabira/PE que, nos autos de Ação Ordinária, distribuída sob o nº 0000130-77.2005.8.17.1420, julgou procedente o pedido para condenar o réu, ora apelante, ao pagamento dos danos materiais suportados na quantia de R\$ 1.265,00 (um mil, duzentos e sessenta e cinco reais), corrigido monetariamente desde a data do prejuízo e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.

A presente demanda originou-se em pedido de ressarcimento por danos materiais (lucros cessantes e danos emergentes), supostamente sofridos em razão de baixas de energia na rede elétrica que abastece a sede da empresa apelada. A pessoa jurídica consumidora, no petitório inicial, afirma que em face das constantes quedas de energia elétrica no imóvel onde está situada, entrou em contato com a CELPE objetivando solucionar o problema.

Dirigindo-se ao local, a concessionária teria realizado o conserto de alguns equipamentos, no entanto as falhas no serviço continuaram, ocorrendo, inclusive, a quebra de alguns equipamentos eletrônicos existentes na unidade consumidora. A exordial comunica que somente após a ocorrência dos danos materiais o problema veio a ser efetivamente solucionado.

Inconformada com a sentença favorável à autora, a CELPE interpôs o presente apelo, alegando, em suas razões (fls. 158/174), a inexistência de ato ilícito e de lesão, seja material ou moral, e que o consumidor não teria provado o prejuízo sofrido.

Aduz que foi constatada avaria no medidor do consumo, razão pela qual houve cobrança referente à diferença entre a eletricidade consumida e não cobrada e que “não há, no caso, mera suspeita da ocorrência de fraude, mas a comprovação da irregularidade, vez que não resta incertezas quando às perdas na demandada/apelante ” (fl. 164). Pugna, ao final, pelo provimento recursal, a fim de que seja julgado totalmente improcedente o pleito autoral.

Contrarrazões às fls. 185/190, pela manutenção *in totum* da sentença vergastada.

É o relatório. À Douta Revisão.

Recife, 03 de 02 de 2012.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



211  
A

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0238373-3 TABIRA/PE**

**APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**

**ADVOGADO: ERIK LIMONGI SIAL PE015178**

**APELADO: CLÍNICA SAMED LTDA**

**ADVOGADO: ADALBERTO GONÇALVES DE BRITO JÚNIOR PE023300**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**VOTO DO DES. RELATOR**

De início, cumpre ressaltar a impropriedade de alguns argumentos esposados no apelo, conquanto do compulsar dos autos não se infere notícia de fraude no aparato de medição do consumo de energia elétrica instalado no imóvel sede da apelada. Percebe-se, desta feita, que a concessionária equivocou-se ao refutar argumentos sequer mencionados no processo, uma vez que a presente demanda fora ajuizada tão somente com o intuito de reclamar prejuízos impostos à consumidora em razão de constantes quedas de energia, as quais provocaram a quebra de equipamentos eletrônicos existentes no imóvel.

Sendo assim, desconsidero tais alegações, pelo que passo à análise exclusiva dos fatos trazidos aos autos.

Pois bem.

Cuidam os autos de pedido de ressarcimento por danos materiais (lucros cessantes e danos emergentes), supostamente sofridos em razão de baixas de energia na rede elétrica que abastece a sede da empresa apelada.

A responsabilidade na hipótese é objetiva, ou seja, independente de culpa, a teor do que dispõem os Art. 37, § 6º<sup>1</sup>, da Constituição Federal e Art. 14<sup>2</sup>, do Código de Defesa do Consumidor, sendo suficiente para o reconhecimento do dever de indenizar a ocorrência de um dano, a autoria e o nexo causal.

Conforme Cavalieri Filho, “o constituinte adotou expressamente a teoria do risco administrativo como fundamento da responsabilidade da Administração Pública, e não a teoria do risco integral, porquanto condicionou a responsabilidade objetiva do Poder Público ao dano decorrente da sua atividade administrativa, isto é, aos casos em que houver relação de causa e efeito entre a atividade do agente público e o dano”<sup>3</sup>.

O mesmo autor ainda afirma, “a *ratio* do § 6º do art. 37 da Constituição Federal foi submeter os prestadores de serviços públicos ao mesmo regime da Administração Pública no que respeita à responsabilidade civil. Em outras palavras, a finalidade da norma constitucional foi estender aos prestadores de serviços públicos a mesma responsabilidade que tem a Administração Pública quando os presta diretamente. Quem tem os bônus deve suportar os ônus. Aquele que participa da Administração Pública, que presta serviços públicos, usufruindo os benefícios dessa atividade, deve suportar seus riscos, deve responder em igualdade de condição com o Estado, em nome de quem atua”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> CF. Art. 37. (...) § 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

<sup>2</sup> Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

<sup>3</sup> CAVALIERI Filho, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 237.

<sup>4</sup> CAVALIERI, ob. cit., p. 245.



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

A CELPE é fornecedora de energia elétrica, “bem essencial à população, constituindo-se serviço público indispensável, subordinado ao princípio da continuidade de sua prestação”<sup>5</sup>.

Com efeito, dispõe o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

A documentação de fls. 16/22 demonstra a ocorrência do prejuízo material sofrido pela empresa apelada e o nexo causal com a queda de tensão.

Ressalte-se, outrossim, que a concessionária só não será responsabilizada quando provar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, § 3º, I e II, CDC). Ademais, em se tratando de excludentes do dever de indenizar, o ônus de comprovar a ocorrência das hipóteses acima listadas é exclusivamente da ré, que dele não se desincumbiu.

O magistrado de piso, ao sentenciar, considerou todos esses argumentos, pelo que transcrevo trecho da sentença:

“No caso em apreço, a demandada agiu com negligência. Com efeito, as cartas enviadas pela demandante e as testemunhas ouvidas em juízo comprovaram que havia oscilação de energia no logradouro onde está sediada a autora e que a autora solicitou à ré providências no sentido de se obter um funcionamento de energia adequado a fim de evitar prejuízos, mas a ré não atuou eficazmente. Efetivamente, foi demonstrado que só após a danificação de alguns aparelhos da autora, é que a demandada tomou as medidas para prestar um serviço adequado de fornecimento de energia elétrica, configurando, assim a sua culpa através de conduta negligente. O nexo de causalidade, consistente no liame que liga a conduta negligente praticada pela demandada ao dano sofrido pela autora, igualmente restou configurado nos autos.” (fls. 150/151).

Com efeito, as testemunhas ouvidas em juízo somente reiteraram todo o alegado na exordial, senão vejamos:

“1ª testemunha arrolada pela parte autora – Marcílio Fernando Valadares Vieira Pires, (...) tem um consultório dentário na SAMED há seis anos e sabe informar que alguns equipamentos do seu consultório foram queimados (...) que o requerente informou ao depoente que já tinha comunicado a CELPE as quedas de energia; que salvo falha na memória do depoente a CELPE informou ao

<sup>5</sup> STJ, MC 3982/AC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2004, DJ 15/03/2004 p. 150.



218  
20

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

requerente que não tinha condições de alterar o estado das instalações em que se encontravam (...)” (fl. 108).

As demais oitivas foram no mesmo sentido, ratificando todo o alegado pela autora/apelada, razão pela qual não há motivos para se modificar a sentença de primeiro grau.

Configura-se, destarte, o dever de indenizar, tanto pelo fato de que a concessionária responde objetivamente pelos danos causados, quanto em razão de ter sido demonstrada a sua culpa, pois, embora avisada das constantes quedas de energia elétrica no local, não empreendeu os esforços necessários para sanar o problema, atraindo para si o dever de ressarcir os prejuízos auferidos. Nesse sentido, colaciono julgado do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

**RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. ATIVIDADE DE ALTA PERICULOSIDADE. TEORIA DO RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONSERVAÇÃO INADEQUADA DA REDE DE TRANSMISSÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CULPA DA EMPRESA RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.** 1. A empresa que desempenha atividade de risco e, sobretudo, colhe lucros desta, deve responder pelos danos que eventualmente ocasione a terceiros, independentemente da comprovação de dolo ou culpa em sua conduta. 2. Os riscos decorrentes da geração e transmissão de energia elétrica, atividades realizadas em proveito da sociedade, devem, igualmente, ser repartidos por todos, ensejando, por conseguinte, a responsabilização da coletividade, na figura do Estado e de suas concessionárias, pelos danos ocasionados. 3. **Não obstante amparar-se na Teoria do Risco, invocando a responsabilidade objetiva da concessionária, a instâncias ordinárias também reconheceram existência de culpa em sua conduta: a queda de fios de alta tensão era constante na região, mesmo assim a empresa não empreendeu as necessárias medidas de conservação da rede, expondo a população a risco desnecessário.** 4. [...] (STJ. REsp 896.568/CE, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 30/06/2009, sem grifos no original)

Com essas considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo inalterada a sentença hostilizada.

É como voto.

Recife, 20 de *dez* de 2012

**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



213  
20

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 238373-3 – Comarca de Tabira - PE**

Apelante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE.

Apelada: Clínica Samed Ltda.

Relator: Des. Alberto Nogueira Virgínio.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO DE REVISÃO**

Bem delimitada a controvérsia devolvida ao conhecimento do colegiado, nos termos do relatório de fl. 206, cuido que a sentença fustigada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, senão vejamos.

De início reputo descabida a alegação de suposta constatação de irregularidades no medidor de consumo da clínica apelada, que teria ensejado a cobrança de diferença de consumo por parte da concessionária apelante, seja por se tratar de matéria que sequer foi suscitada na contestação de fls. 53/62 ou nas alegações finais de fls. 126/133, portanto, não enfrentada na instância ordinária, seja por não haver prova dessas irregularidades nos autos.

Também não merece acolhida a alegada inexistência dos requisitos configuradores do dever de indenizar, objetivo na espécie, porquanto as testemunhas ouvidas em juízo informaram sobre as oscilações no fornecimento de energia, tendo inclusive o próprio funcionário da Celpe, por ela arrolado com testemunha (fl. 109), informado que a concessionária constatou a inadequação do fornecimento de energia, tanto que promoveu o melhoramento da rede, ainda que com atraso, posto que já ocorridos os danos nos equipamentos da apelada.

Do mesmo modo, absolutamente descabida a alegada ausência de requisitos configuradores de dano moral, porquanto nada foi requerido a esse título na petição inicial, tampouco houve qualquer menção de tal indenização na sentença fustigada.

Também não vislumbro qualquer desacerto do julgado fustigado relativamente ao *quantum* indenizatório fixado a título de danos materiais, posto que o valor fixado na sentença corresponde à soma dos gastos suportados pela clínica apelada com o conserto ou recuperação dos equipamentos danificados pelas oscilações de tensão.

Com estas considerações, e não vislumbrando qualquer violação aos dispositivos legais prequestionados às fl. 173 das razões recursais, nego provimento ao apelo.

É como voto.

Recife, 62 de 14 de 2013

*Adalberto de Oliveira Melo*  
**Des. Adalberto de Oliveira Melo**

**Revisor**